

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### REQUERIMENTO Nº /15 (Deputados IVAN VALENTE e GLAUBER BRAGA)

Requeremos a realização de Audiência Pública para debater a reorganização do ensino paulista proposto pelo Governo do Estado de São Paulo, bem como o seu processo de discussão com a comunidade escolar.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requereremos que, em Audiência Pública, seja discutida a Proposta de Reorganização do Ensino no Estado de São Paulo e seus impactos educacionais, com os seguintes convidados:

- Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Herman Voorwald;
- Presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Maria Isabel Noronha;
- Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas (Faculdade de Educação - UNICAMP);
- Profa. Dra. Lisete Arelaro (Faculdade de Educação - USP);
- Representante da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES);
- Representante da União Municipal de Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES);

## JUSTIFICATIVA

No dia 23 de Setembro, a Secretaria de Educação Estadual de São Paulo (SEE) anunciou uma nova forma de organização da rede que consiste em dividir o atendimento das escolas em ensino fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) e ensino médio. O governo se apoia em dados do INEP que aponta que as escolas que funcionam com somente um dos agrupamentos têm desempenho 10% superior às escolas que atendem mais de um agrupamento. Segundo o governo, um dos fatores apontado para o desempenho inferior das escolas que agregam mais de um dos agrupamentos seria o problema de gestão. Além da redução no número de matrículas em torno de 33% e a menor defasagem das estruturas das escolas.

Para a Secretaria Estadual de Educação a mudança permitirá adequar os espaços, usar as salas ociosas para atendimento em tempo integral e adotar estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado. Apesar disso, com a reorganização, segundo listagem da própria Secretaria, haverá o fechamento de 94 escolas e a alteração no atendimento (fechamento de turmas/ciclos) em 754 unidades. Isso envolveria alterações na vida de mais de 311 mil estudantes e 74 mil professores. Vale lembrar que o início do ano letivo de 2015 foi marcante para a sociedade paulista, em que as aulas na rede estadual se iniciaram com inúmeras salas superlotadas e o registro de turmas com mais de 80 educandos matriculados.

A reorganização proposta tem sido alvo de uma série de críticas por parte de professores, entidades sindicais, pais e estudantes. As faculdades de educação das universidades públicas paulistas – USP, UNESP e UNICAMP, também pronunciaram-se contrárias à medida.

Visando a interrupção do processo e a abertura de diálogo com a comunidade escolar, estudantes secundaristas do estado de São Paulo realizaram, desde o início do mês de novembro, ocupações nas escolas estaduais, alcançando a marca de mais de 150 escolas ocupadas em pouco mais de dez dias.

Neste sentido, nos parece fundamental que seja ampliado o debate sobre a matéria, uma vez que a proposta alterará a vida de milhares de famílias se implementada conforme previsto pelo governo estadual. É necessário ouvir a Secretaria de Educação, bem como os

professores, estudantes e os especialistas em educação para que uma resposta coletiva possa ser dada aos desafios da educação de São Paulo.

Neste sentido, é importante compreender o movimento realizado pelos estudantes a fim de buscar a escuta de suas vozes no debate sobre a política educacional. De maneira impressionante, relatos, vídeos, fotos e reportagens foram divulgadas mostrando intervenção policial junto aos estudantes nas ocupações das escolas. Sobre o movimento de ocupação, a própria Justiça reconheceu a ação como legítima no regime democrático, uma vez que a solicitação dos estudantes é a devida participação em decisão tão importante. Juízes e desembargadores do estado julgaram como improcedente o pedido de reintegração de posse feita pelo governo estadual, o que reforça o argumento da importância e necessidade de colocar em discussão a reorganização paulista especialmente com aqueles que dela fazem parte, ou seja, estudantes, professores e familiares.

A audiência pública que estamos requerendo para debater este assunto representará um gesto de diálogo e um alerta sobre a necessidade de escuta dos atores da cena educacional no debate das políticas públicas. Devido à urgência do tema e da realidade vivida em mais de 150 escolas ocupadas no estado de São Paulo, torna-se imperioso a necessidade da aprovação do presente requerimento para o necessário debate público e democrático sobre a reorganização do ensino paulista.

Contando com a compreensão e o apoio de meus pares, desde já agradecemos.

Sala da Comissão, 26 de Novembro de 2015.

Deputado Ivan Valente

PSOL/SP

Deputado Glauber Braga

PSOL/RJ

